

Solenidade de lançamento da campanha virou entrevista

14 NOV 1980

Dividida, oposição lança o "Dia da Constituinte" ESTADO DE SÃO PAULO

Da sucursal de
BRASÍLIA

O lançamento do "Dia Nacional da Constituinte", que o PMDB, o PP e o PDT pretendem comemorar, em diversas cidades de quase todos os Estados, com concentrações públicas, foi apático, e não despertou interesse, já que ontem, no Congresso, os presidentes do PMDB e do PP não compareceram ao ato, presenciado pelo 1º vice-presidente do PDT, Doutel de Andrade, e pelos líderes do PMDB e do PP. O motivo foi a discordância na redação de um documento sobre a tese.

Estava prevista uma reunião pública, quase solene, na sala da comissão de relações exteriores, presidida por Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Leonel Brizola. Por motivo de doença de sua mulher, o ex-governador gaúcho seria representado pelo vice-presidente Doutel de Andrade. O senador Tancredo Neves viajou para Minas e Ulysses Guimarães preferiu continuar elaborando a chapa do diretório nacional do PMDB.

A reunião, em vez de ser solene, foi melancólica e transformada em entrevista coletiva, mas no comitê de imprensa da Câmara. Os jornalistas ficaram sentados e, em pé, os líderes Freitas Nobre, Marcondes Gadelha e Heitor Alencar Furtado, do PMDB; Antônio Mariz, do PP; e Doutel de Andrade e Alceu Collares, do PDT.

Esperava-se, assim mesmo, a divulgação de um "manifesto à Nação", de defesa da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Os presidentes e líderes do PMDB, do PP e do PDT assinaram o documento, a ser lido da tribuna das casas legislativas. O PTB e o PT não foram convidados.

DIVERGÊNCIAS

Não houve, porém, o "manifesto à Nação". O esboço elaborado na véspera, que teve a concordância do PDT, não foi bem recebido pelos dirigentes nacionais do PMDB e do PP. Passou a ser considerado, apenas, "meros subsídios a pronunciamentos das tribunas". Apesar de tudo, se todos estivessem de acordo, os três líderes assinariam, até para efeito de promoção da tese.

Coube, então, ao líder do PP, deputado Thales Ramalho, romper a coesão, alegando que não poderia assinar o documento, porque não houve tempo de consultar as bases — no caso, a bancada. Logo depois o líder do PMDB, Freitas Nobre, entendeu que não caberia divulgar um documento das oposições sem o PP, e também não assinou. Para não assinar isoladamente, o PDT deixou de fazê-lo, embora desejasse assinar, ainda ontem, à tarde, se Freitas Nobre e Antônio Mariz concordassem.

A entrevista praticamente não houve. Freitas Nobre falou da campanha, anunciando discursos no Congresso, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. Disse ainda que o PMDB fará sua concentração pró-constituinte dia 28, em Manaus.

Em seguida, falou o vice-líder do PP, deputado Antônio Mariz, para explicar que o Partido Popular está integrado na campanha pela convocação da Assembleia Constituinte. O PP não assinou o documento porque a liderança não teve tempo de ouvir suas bases, mas concorda com ele "basicamente".

O vice-presidente do PDT, o ex-deputado Doutel de Andrade, que havia viajado do Rio para Brasília na certeza de participar de um encontro nacional oposicionista, limitou-se a enfatizar sua presença ao ato, reafirmando que o partido está "engajado por inteiro na luta pela Constituinte". Mas não conseguia esconder sua frustração e decepção pela ausência dos presidentes do PMDB e do PP.

Depois de terminada a "entrevista", chegou ao comitê de imprensa o deputado João Menezes (PA), membro da executiva nacional do PP, que fora avisado da reunião na Comissão de Relações Exteriores e lá não encontrou ninguém. Por acaso, soube que havia o encontro no comitê e foi lá, logo explicando que não sabia "de documento nenhum".

O "rascunho" do documento que seria assinado pelos três partidos ficou superado. Mas servirá de subsídio a discursos nas casas legislativas e a um possível "documento comum das oposições", que poderia ser preparado oportunamente, conforme tentou explicar Freitas Nobre.

Vale registrar que anteriormente havia sido nomeada uma comissão especial, pelas lideranças, para preparar um "manifesto à Nação", lançando o "Dia Nacional da Constituinte". Foram indicados os deputados Heitor Alencar Furtado (PMDB) e Jorge Moura (PP), e o professor Paulo Timm (PDT).

O representante do PP, porém, não compareceu a nenhuma reunião da comissão e o documento foi redigido sem sua colaboração. Depois de pronto, recebeu restrições dos dirigentes do PMDB e do PP, sendo considerado "inexistente" e transformado em "subsídio".

"NÃO TEM PROJETO"

"A tese da Constituinte é a maior evidência de que a oposição não tem projeto", afirmou ontem o líder do governo, deputado Nelson Marchezan. E indagou dos repórteres:

"Se houvesse eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte, vocês duvidam de que o Miro teria os mesmos 500 mil votos? De que Ulysses, Marcos Freire, Montoro deixariam de ser eleitos? Seriam mantidos os atuais líderes. O quadro não mudaria fundamentalmente. Por que eles não apresentam desde logo o seu projeto?"

Marchezan admitiu que a atual Constituição "não é o melhor texto que se conseguiu. Ela é, realmente, passível de modificação. Há problemas econômico-sociais, alimentares, energéticos muito mais prementes e que estão a nos desafiar e que não seriam resolvidos por uma Constituinte por si só".